Pergunta 1

O texto não diz que elas (as mulheres que sofrem abortos espontâneos) talvez fossem presas, mas sim que quaisquer tipos de aborto (entende-se induzidos/provocados) levarão as mulheres para a prisão, isso, assentido pela lei. O que se vê no texto é que mulheres que sofrem abortos espontâneos têm medo de ir ao hospital para que seu caso, de aborto espotâneo, não seja investigado e julgado como aborto induzido, o que faria com que elas fossem presas. Ou seja, elas podem ser presas sim, porque teriam dificuldades em provar que o aborto foi espontâneo uma vez que o mesmo texto afirma que o processo tem falhas.

Pregunta 2

Antes de 1998, a legislação de El Salvador permitia o aborto em três situações diferentes: a) no caso em que fosse necessário proteger a vida da mulher, b) quando a gravidez fosse produto de um delito e nos casos de c) malformação fetal incompatível com a vida fora do útero. Porém, após 1998, o Código Penal desse país passou a penalizar qualquer tipo de aborto induzido.

Uma consequência dessa lei é que os médicos se veem obrigados a romper com o direito (ética médica de confiabilidade) de confiabilidade do paciente e informar às autoridades sobre qualquer caso de urgência obstetrícia que venha a encerrar um aborto atendido por eles, quer induzido ou não.

Pregunta 3

A) Porque desde 1999, em El Salvador, a Constituição Política reconhece o embrião como um ser humano desde o momento da concepção, sendo assim, todo aborto configura um crime de homicídio com pena de reclusão em 50 anos no país.

B) Os efeitos observados são: enfrentamento pelas mulheres de complicações na gravidez, como emergências obstétricas sem assistência; rejeição pela busca de assistência médica pelo temor de serem perseguidas, investigadas e presas. E caso elas abortem, ainda há o risco de enfrentar as falhas judiciais, que podem gerar graves violações, chegando inclusive a não terem acesso a uma adequada representação legal.

Pregunta 4

A) Devido ao estigma associado ao procedimento e ao temor real de serem denunciadas às autoridades.

B) Se refere ao fato de os médicos terem denunciado as mulheres que chegaram ao serviço de emergência médica com problemas ocasionados pela gravidez, que não necessariamente tinham relação com aborto.

Pregunta 5

Várias das nove mulheres foram algemadas quando ainda estavam recebendo tratamento médico ou foram maltratadas verbalmente antes e durante a prisão. Da mesma forma, as nove mulheres foram privadas de liberdade em condições extremas de superlotação, insalubridade e sem acesso a serviços de saúde que cumprissem com os pressupostos mínimos de disponibilidade e qualidade.

O Centro de Readaptação para Mulheres “Ilopango”, onde estiveram detidas algumas das nove mulheres, apresenta um dos maiores níveis de superlotação do país (367%). Nos anos 2014, 2017 e 2018, respectivamente, tinha um total de 2.073, 2.444 e 2.462 privadas de liberdade, refletindo também um contínuo acréscimo de sua população, pondo as pessoas privadas de liberdade em formas variadas de vulnerabilidade e violação de seus direitos.